

Educação meritocrática, currículo por competências e imposição do Estado de Mercado e do Capital

Meritocratic education, competency-based curriculum and imposition of the Market State and Capital *Educación meritocrática, currículo por competencias y imposición del Estado de Mercado y del Capital*

MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO¹

Resumo: No texto, nos perguntamos por que paradigma de humano reproduz nosso Estado seletivo de Direitos Humanos? Um Estado que não reconhece as diferenças sociais como humanas? Que se impõe o paradigma político colonial abissal sacrificial de humano único? Que destrói as matrizes de formação humana? Que impõe uma educação para o mercado: currículos por competências para disputas no Estado de Mercado e do Capital? Interrogações políticas, éticas, pedagógicas radicais para os currículos e para as políticas de formação humana.

Palavras-chave: Educação meritocrática; Currículo por competências; Estado de Mercado.

Abstract: *In the text we ask: What paradigm of the human is reproduced by our selective State of Human Rights? A State that fails to recognize social differences as human? That imposes the abyssal, sacrificial, colonial political paradigm of a “single human”? That destroys the matrices of human formation? That imposes an education for the market: competency-based curricula for competition within the Market State and Capital? These are radical political, ethical, and pedagogical inquiries for curricula and human formation policies.*

Keywords: *Meritocratic education; Competency-based curriculum; Market State.*

Resumen: *En el texto nos preguntamos: ¿qué paradigma de lo humano reproduce nuestro Estado selectivo de Derechos Humanos? ¿Un Estado que no reconoce las diferencias sociales como humanas? ¿Que impone el paradigma político colonial abismal y sacrificial de un único modelo de ser humano? ¿Que destruye las matrizes de la formación humana? ¿Que impone una educación para el mercado: currículos por competencias para la disputa en el Estado de Mercado y del Capital? Interrogantes políticos, éticos y pedagógicos radicales dirigidos a los currículos y a las políticas de formación humana.*

Palabras clave: *Educación meritocrática; Currículo por competencias; Estado de Mercado.*

1 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3702-2057>. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.

A IMPOSIÇÃO DO ESTADO DO MERCADO E DO CAPITAL RADICALIZA AS HIERARQUIAS DE HUMANOS

O Estado de mercado e do capital desconstrói, desmonta a função política da educação que vem desde a Paideia e persiste nos diversos humanismos pedagógicos: não mais formar desde as infâncias o humano, o cidadão da Polis, mas formar os membros do mercado. Currículos por competências no domínio das habilidades, competências exigidas pelo mercado. Currículos que reforçam o desmonte do Estado de Direitos Humanos e reforçam o Estado de Mercado mercantilizando as identidades políticas cidadãs, as identidades de humanos impondo as identidades de mercadorias. O desmonte do Estado de Direitos Humanos e de Cidadania Política e a imposição do Estado de Mercado e do Capital reduz os humanos, os cidadãos a mercadorias. Reduz a educação como formação humana cidadã a treinamento por disputas de um lugar no Estado de Mercado e do Capital. Currículos por Competências, educação meritocrática não mais para formar cidadãos humanos, mas para formar competentes mercadorias no Estado de mercado.

As históricas funções dos humanismos pedagógicos, formar desde as infâncias os membros da Polis como humanos sacrificadas. A imposição de currículos por competências sacrifica a condição de humanos e de cidadãos membros de Polis e os reduz a membros competentes nas disputas do Estado do mercado e do Capital. Um conservadorismo político antiético, antipedagógico radical, desumanizante que fratura, desmonta tantas lutas dos oprimidos resistentes em nossa história a ser decretados, segregados na condição de inferioridade cidadã e humana. Uma lembrança obrigatória das críticas à colonialidade do poder que decretou e persiste em decretar os Outros, as diferenças, os povos indígenas, negros, quilombolas, como nos lembra Anibal Quijano (2010) em estado ôntico de natureza, não de cultura, não de humanidade. Uma classificação dos humanos, dos coletivos humanos outros sociais, étnicos, raciais, de gênero, de classe decretados pelo Nós humanos únicos nos poderes na condição de não humanos, mas apenas de corpos naturalizados, lesados, treináveis para disputar o mercado hierárquico, segregador que condena os outros a um sobreviver sub-humano, como mercadorias.

O campo político da educação, das políticas, dos currículos da BNC é obrigado a reconhecer a radicalidade política da imposição dos Currículos por competências que desmontam a matriz que alimentou, legitimou a diversidade tensa dos humanismos pedagógicos que tentaram reconhecer todas as infâncias como educáveis, humanizáveis na diversidade de paradigmas de humanos, quando se impõe o Estado do Capital e do Mercado e se decretam os currículos por competências como política educativa se desmontam os velhos reconhecimentos dos outros e de suas infâncias outras como humanos humanizáveis e volta a reduzir as diferenças

étnicas, raciais, de gênero, de classe à condição de pré-humanos. Reduzidos a corpos adestráveis, treináveis para disputar não a condição de humanos, o direito de serem reconhecidos humanizáveis, mas disputar habilidades, competências por um sobreviver como mercadorias no mercado de trabalho imposto pelo Estado não mais de direitos humanos, mas impostas pelo Estado do Capital e do Mercado.

A IMPOSIÇÃO DO ESTADO DO CAPITAL E DO MERCADO REIMPÕE O PARADIGMA DUAL DE HUMANO

No livro *Vidas Re-Existentes* (Arroyo, 2023), destacamos que a condição de humanos não foi reconhecida na história de humanos e não foi reconhecida na história de ciências humanas e pedagógicas como uma condição única, mas sempre o paradigma de humano foi dual-abissal, sacrificial. Até o paradigma de infância tão central na pedagogia nunca foi único. Não tivemos um paradigma nem de humano único, nem de infância única. O Nós nos poderes se autodecretando a síntese do humano único hegemônico e decretando os outros, as diferenças sociais na condição inata, ôntica de inumanidade. Os currículos por competências reafirmam esses paradigmas duais de Nós competentes como humanos merecendo os méritos as competências de humanos e os outros, as diferenças desde as infâncias à Vida adulta decretados em estado ôntico de incompetência humana, sem méritos para ser reconhecíveis como humanos, logo a espera de políticas de educação meritocrática.

O Estado do Capital e do Mercado ao reimpôr o paradigma dual de humano e de infância redefine a função da pedagogia e dos currículos: não pedagogias currículos que reconheçam, reafirmam a condição humana e os direitos de todos à formação humana, mas currículos por competências que reafirmam as polaridades dos paradigmas duais de humano e de infância impondo polaridades de currículos, de pedagogias que reafirmam as polaridades de humanos e de infâncias.

Não persiste essa lógica como estruturante dos donos dos poderes do Estado do Capital e do Mercado? Uma lógica dual, abissal, seletiva de todas as suas políticas econômicas, sociais e até pedagógicas. Não há como entender as políticas todas até educativas sem nos perguntar: políticas de que Estado? Para que humanos? Reconhecíveis ou não como humanos? Os dualismos de competentes-incompetentes, com méritos e sem méritos. Repõem os dualismos ônticos de humanos in-humanos, educáveis humanizáveis ou apenas corrigíveis de suas incompetências humanas por currículos de competências, por educação meritocrática.

Para o Estado do Capital e do Mercado, os humanismos pedagógicos, igualitários de humanos e de formação humana que vinham tentando reconhecer todos desde as infâncias como humanos plenos pertencem a um passado ignorado, superado pela reafirmação, imposição dos paradigmas duais de humanos e de infâncias

que reimpõem as diferenças de humanidade, de infâncias humanas e até reimpõem como realidade política, humana a dualidade, hierarquia de competências, de méritos para disputar seu lugar nas hierarquias de um viver sobreviver menos desumano.

As políticas educacionais baseadas em currículos por competências e meritocracia não podem sentenciar os indivíduos às diferenças sociais. É necessário evitar que essas diferenças sejam reduzidas a uma mera ‘carência de humanidade’, para que todos sejam reconhecidos como humanos em seus processos de formação e afirmação. Os outros, as diferenças só serão reconhecidas, incorporadas, ainda que nas periferias do Estado do Capital e do Mercado, se pela educação meritocrática e pelos currículos por competências forem capazes de disputar um precário sobreviver no Estado do Mercado e do Capital que reimpõe o paradigma dual de humano e de infância.

CURRÍCULOS POR COMPETÊNCIAS CORPÓREAS, DEMOLIÇÃO DA UNIDADE HUMANA

As ciências humanas no estudo do humano não apenas impuseram um paradigma dual abissal sacrificial de humano decretando o Nós nos poderes da síntese do humano único, hegemônico, mas fortaleceram uma visão dual do humano. Velha dicotomia mente-espírito-corpo tão dominante na diversidade de humanismos pedagógicos. O humanismo ilustrado tão marcante das teorias de formação humana destaca o cultivo de espírito das mentes para o atrever-se a pensar e ser humanos. A mente, o espírito cultuado e o corpo segregado.

As pedagogias na diversidade de humanismos pedagógicos sempre deram maior centralidade à formação das mentes. O humanismo ilustrado destaca o atreve-te a pensar e serás humano. Formar as mentes pelo letramento para o acesso aos conhecimentos aos processos com que os humanos se atreveram a pensar para se afirmar ser humanos: Na visão dualista de humano-espírito-mente-corpo, as pedagogias deram maior centralidade à formação das mentes, dos espíritos, do que à formação dos corpos, mas vínhamos avançando para uma compreensão não dual, mas vestigial da totalidade humana a formar: educação integral, desde as infâncias para formar os espíritos, as mentes e os corpos. Pela educação integral, as velhas dicotomias entre corpos, mentes, espírito, vinham sendo criticadas e superadas.

As políticas de educação formação humana integral se contrapõem ao desmonte da unidade humana, tão marcante no acirramento das velhas dicotomias mente-espírito-corpo. Pela defesa da educação integrada, defendia-se ir além do paradigma dual de humano, de sujeitos sociais humanos, defende-se reconhecer a unidade de todo ser humano destruída pelas dicotomias mente-espírito, corpo-demolidoras da unidade humana.

A centralidade dada aos Currículos por competências repõe e radicaliza as velhas dicotomias dos cidadãos e humanos a formar desde as infâncias: dar centralidade ao domínio das competências corpóreas para, como membros do Estado do Mercado e do Capital, serem capazes de competir nas disputas do mercado. Os sonhos de uma educação integral que reconheça os educandos desde as infâncias à vida adulta como totalidades integrais, humanas abandonadas. Os Currículos por competências reduzem o direito à educação integral, reduzem os humanos a corpos treinados competentes para os domínios das competências exigidas pelo mercado de trabalho e da exploração do capital.

A formação dos outros, das diferenças como o capital e o mercado as vê e as quer, como os exige: corpos competentes para as tensas disputas dos mercados de trabalho e de competentes para sobreviver às suas estreitas relações sociais e às condições materiais injustas impostas pelas exigências do mercado. Corpos, e até mentes, espíritos mercadorias a serem adestrados como totalidades não humanas com direito à formação humana integral, mas reduzidos a mercadorias humanas, a corpos-mentes, espíritos mercantilizados desumanizados. Visões tão opostas dos velhos sonhos, dos humanismos pedagógicos, que nos instigaram a reconhecer os educandos desde as infâncias em corpos-mentes-espíritos totalidades a ser formadas como membros da Polis, cidadãos e humanos plenos.

O Estado do Capital e Mercado reativa as velhas dicotomias de Nós nos poderes humanos direitos, sujeitos de direitos humanos do direito à formação humana como mentes-espíritos de trabalhos mentais criativos de direção política econômica, jurídica e intelectual. Os outros, as diferenças sociais, étnicas, raciais, de gênero, de classe decretadas na condição de carências mentais. Inatas de racionalidade, moralidade, humanidade, reduzidos a corpos de sobrevivência destinatários de currículos por competências de educação não como mentes, espíritos humanos, mas como corpos carentes de competências, de méritos.

Carências que tornam os Outros incapazes de serem reconhecidos como humanos sujeitos de direitos humanos, de formação humana. A ênfase na educação meritocrática competente pressupõe esse decretar os outros carentes de méritos, de competências para os trabalhos mentais apenas corpos a ser tornados competentes para os trabalhos manuais corpóreos, mercantilizados, desumanizados, impostos pelos poderes e seu Estado de Capital e do mercado.

AS DEMOLIÇÕES DA UNIDADE HUMANA IMPÕEM AS DEMOLIÇÕES DAS PEDAGOGIAS DE FORMAÇÃO HUMANA

As múltiplas identidades dos humanismos pedagógicos estruturaram-se a partir de duas bases: as concepções de formação humana e a definição de quais grupos sociais seriam legitimados como sujeitos desse processo. Na história social, política e cultural, prevalecem a imposição de paradigmas duais abissais de humanos e a imposição da demolição da unidade humana, impondo a demolição das possibilidades de pedagogias únicas de formação, afirmação, educação humana, integral. Da história da pedagogia e da diversidade de humanismos pedagógicos se exige reconhecer essa estreita e estruturante relação entre as demolições da unidade humana e as demolições de tantas tentativas de uma história única universal de formação humana.

Uma utopia sempre sonhada mas sempre contestada pelas demolições da unidade humana impostas pelos poderes políticos, econômicos, sociais, culturais e até pedagógicos que sempre decretaram as dicotomias de humanos. Os poderes não se responsabilizam por essas demolições da unidade humana e persistem em culpar os Outros, as diferenças de sua condição ôntica, inata de irracionalidade, “in-moralidade”, “in-humanidade”. Essa condição ôntica, inata da inumanidade seria a responsável pela demolição da unidade humana que impõe a demolição das políticas de formação humana tão destacadas pelos poderes.

O Estado do Capital, do mercado, radicaliza esse culpar as vítimas, os outros, as diferenças dessas demolições da unidade humana e da ineficácia das persistentes pedagogias curriculares, BNC, tentando pedagogias de formação humana, até das deficientes em humanidade. Os privilégios políticos, não de formação humana, mas apenas de currículos por competências para o mercado, expõem que os poderes desistem das histórias utópicas de pedagogias de formação humana nos outros, nas diferenças decretadas desde a colonização em estado ôntico de inumanidade, inumanizáveis. O Estado do capital e do mercado repõem a histórica estratégia colonial de decretar os outros, as diferenças carentes de humanidade, impondo o desistir de pedagogias de formação humana e priorizar pedagogias de educação para diminuição das carências de competências para o mercado.

Reduzir os outros, as diferenças a corpos competentes para as disputas do mercado radicalizam as demolições da unidade humana e impõe a demolição de ingênuas tentativas de teimar em inventar pedagogias de formação humana. Volta a hipótese que nos acompanha: o anti-humanismo, antipedagógico de reduzir os outros, as diferenças entre corpos competentes, com méritos para disputar os mercados expõem como os poderes mercantis, capitalistas pensam, reduzem os outros, as

diferenças desde as infâncias-adolescências a mercadorias, a corpos mercantilizados, demolindo com radicalidade extrema sua condição de humanos. Com direito à formação humana integral.

A REIMPOSIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA COLONIAL DOS CORPOS

O Estado de Mercado e do Capital repõe a velha dicotomia colonial Corpos do Nós humanos e Corpos dos outros, das diferenças mercantilizadas na imposição de uma economia política colonial que mercantiliza as novas terras, seus recursos. Economia política colonial que mercantiliza os humanos, os povos originários, indígenas, negros, quilombolas até na economia política mais radical que decreta os corpos escravizados mercadorias: exploráveis. Essa economia política colonial, imperial dos corpos não é reposta nos tempos de Estado republicano do Capital e do Mercado que reduz os outros, as diferenças a Corpos mercadorias competentes que reduz a educação dos outros, das diferenças da inculcação, aprendizado de competências, méritos nas disputas da economia política do mercado e do capital?

A economia política da imposição do Estado do Capital e do Mercado não só reimpõe a velha economia política dos corpos mercantilizados e até escravizados, mas radicaliza, sofisticada, polariza a economia política dos corpos dos outros reduzindo-os a corpos não mais escravizados, mas “libertos” para a economia política radicalizada, sofisticada: corpos mercadorias treináveis, educáveis para a disputa das competências, méritos exigidos pela economia política radical do Estado, do Capital e do Mercado. Até os currículos dos políticos, as BNC, a serviço da educação — treinamento, submissão à radical economia política de tornar os corpos dos outros, desde as infâncias, treináveis para as disputas do mercado e do capital.

A economia das políticas educativas curriculares é mercantilizada a serviço da economia política do Estado de Mercado e do Capital. Uma mercantilização radical dos corpos e da educação a serviço da economia política do Estado de mercado e do capital, muito mais sofisticada, mercantilizada, do que na velha mercantilização colonial.

Por que essa nova radicalidade econômica política dos corpos? Porque os outros vinham resistindo às velhas economias neoescravizantes dos seus corpos até em movimentos sociais infantojuvenis afirmantes que “corpos negros importam. Parem de nos matar porque somos negros”. Os corpos dos outros em movimentos vinham resistindo às velhas economias políticas escravizantes, até de extermínios. A essas resistências os bionecropoderes respondem radicalizando a sua economia política dos corpos-outros impondo políticas até pedagógicas-educativas para que os outros, as diferenças desde os corpos Infância-adolescências, se reconheçam corpos que só

importam aos poderes se superarem sua condição econômica, política de corpos sem méritos, sem competências para merecerem disputar com méritos e competências seu lugar subalternizado moralizante na economia do Estado, do Capital e do Mercado.

A nova economia pedagógica, educativa, dos corpos radicalizada na nova economia política do mercado do trabalho seletivo a serviço dos seletivos interesses da economia política do Estado de Mercado e do Capital é muito mais seletiva do que nos tempos da economia colonial e até imperial. As políticas educativas nunca foram independentes moldadas por concepções só educativas, mas sempre em nossa história moldadas por concepções de interesse dos poderes e de sua economia política em relação aos outros, às diferenças e ao controle, modelação até pedagógica de seus corpos.

Exige-se que a história da educação e das políticas pedagógicas centralize a análise nas estreitas relações entre a economia política e a formação humana. Deve-se investigar como a exploração dos corpos alheios determinou as políticas educativas criadas para moldar os sujeitos conforme as necessidades do capital. Estamos em tempos em que essas históricas relações entre economia política dos Corpos no Estado do Capital e do Mercado expõem essa função de moldar os corpos dos Outros para a economia do capital e do mercado pela educação meritocrática pelos currículos, por competências.

DASHIERARQUIASDECONHECIMENTOSEDECOMPETÊNCIAS PARA AS HIERARQUIAS DE CORPOS DE TRABALHO

A história da educação, das políticas educativas e curriculares segue mostrando que nunca tivemos uma história única, mas tivemos políticas educativas diversas, seletivas para a diversidade de coletivos sociais. Uma história de hierarquias de conhecimentos, até hierarquias de competências para as hierarquias de corpos de trabalhos. A hipótese que nos acompanha é que as competências, os méritos a serem priorizados pelos currículos por competências e os méritos a serem adquiridos pela educação meritocrática no atual Estado do Mercado e do Capital são méritos e competências hierarquizados para as hierarquias dos corpos de trabalhos.

Até as Bases Curriculares Nacionais Comuns nunca foram comuns, iguais para todos, nem em conhecimentos, nem em valores, nem em competências. Os poderes sempre impuseram hierarquias de conhecimentos e de competências para as hierarquias de conhecimentos e de competências para as hierarquias de coletivos sociais, étnicos, raciais, até de gênero, classe. Para as hierarquias de corpos de trabalhos. O campo da organização dos trabalhos sempre foi segmentado, hierarquizado, seletivo e até segregador, impondo uma hierarquia de Corpos de Trabalho segmentados, de currículos, de competências, até de valores, de éticas segmentadas.

Os poderes em suas políticas educativas tentaram ocultar essas hierarquias de conhecimentos, de competências, de valores segmentados para as hierarquias de trabalhos e de corpos de trabalhos. A imposição do Estado de Mercado e do Capital assumem como políticas sociais, econômicas e até pedagógicas a educação meritocrática, os currículos por competências. Assumem políticas sociais educativas que não ocultam, mas reconhecem, implementam, fortalecem as hierarquias de trabalhos de corpos de trabalho, as hierarquias de conhecimentos de valores, de competências a formar, a impor para as hierarquias de corpos de trabalhos de sobrevivência.

As políticas curriculares, educativas, sempre cultuaram sua função democrática, igualitária, inclusiva. No Estado do Capital e do Mercado, abandonam esses ideais igualitaristas, inclusivos e assumem de maneira explícita o que sempre se pretendem ocultar em nossa história. A economia política desde a Colonização impôs políticas sociais e educativas seletivas de hierarquias de conhecimentos e de hierarquias de méritos de competências para a produção, manutenção de corpos para as hierarquias de trabalho.

Movimentos indígenas, negros, quilombolas e periféricos têm denunciado como as hierarquias de trabalho segregacionistas moldaram a história brasileira. Essas estruturas determinaram as prioridades de conhecimentos e valores nas políticas pedagógicas, que acabam por adestrar corpos para ocupar postos de trabalho precarizados ou análogos à escravidão. As lutas pela libertação da escravatura não superaram as hierarquias dos corpos de trabalhos; antes reforçam a manutenção dos poderes pelas hierarquias de conhecimentos, de competências para as velhas novas hierarquias de Corpos de trabalho livre.

Desde antes da abolição da escravatura, as elites se perguntavam com que artes pedagógicas incutir nos Corpos libertos da escravidão os valores, saberes, competências em corpos de trabalhos não mais escravizados, mas libertos. Na minha tese de Doutorado, consta que as lideranças políticas educativas concluíram que os Corpos de trabalhos escravizados agora libertos seriam incapazes de aprender os valores, os saberes, as competências do trabalho livre e optaram por importar Corpos de trabalhos com valores de trabalho livre.

Os poderes em nossa história não acreditaram, não investiram nem nas políticas educativas de inculcação, aprendizado dos valores, dos saberes, das competências dos corpos de trabalho livre. A história da nossa educação tornou-se refém da descrença na capacidade de as políticas educativas promoverem, junto às populações étnico-raciais e desde a infância, os saberes e valores igualitários do trabalho livre. Novas políticas sociais educativas até nos tempos de Estado republicano democrático sempre demandaram da capacidade dos outros, das diferenças aprenderem, incomparáveis saberes, valores, identidades para Corpos de trabalho livres e persistiram em políticas

de hierarquias de saberes, de competências, de valores para as hierarquias do Corpos de trabalho racializados, sexualizados que persistem como políticas estruturais na nossa organização do trabalho.

Os corpos de trabalho livres não foram liberados da condição de corpos indígenas, negros, quilombolas, submetidos a segregações morais, humanas políticas desumanizantes. Das políticas educativas se exige que persistam em reproduzir até legitimar essas segregações racializadas dos corpos de trabalho tornando-os competentes para o Mercado. Exigências radicais políticas para narrar a nossa tensa história da educação das políticas educativas e curriculares: reconhecer que os currículos por competências e a educação meritocrática não são um acidente em nossa história, nem são imposições acidentais, passageiras do Estado de Mercado e do Capital superáveis com velhas reafirmações de políticas educativas inclusivas, igualitárias. As hierarquias de conhecimentos, de competências, de valores sempre foram e persistem em ser imposições políticas, econômicas, das hierarquias dos corpos de trabalhos racializados, escravizados e até livres.

As radicais hierarquias de trabalhos etnicistas, racistas, sexistas, classistas segregadoras têm sido e persistem em ser em nossa história determinantes estruturas das hierarquias de conhecimentos, de valores, de competências em nossa história educativa, cultural. A economia política da segmentação dos Corpos de trabalho tem sido e persiste em ser estruturante das hierarquias educativas curriculares da Colônia à República.

A IMPOSIÇÃO DO ESTADO DO CAPITAL E DO MERCADO DESTRÓI AS CONDIÇÕES SOCIAIS MATERIAIS DE VIDA HUMANA

Os poderes sempre decretaram espaços duais de Vidas humanas. O Nós humanos direitos donos dos espaços, das condições sociais, materiais de Vida humana e os outros, as diferenças sociais, étnicas, raciais, de classe expropriados das condições sociais, materiais de Vida humana porque decretados não humanos em estado ôntico de inumanidade. A economia colonial dual de humanos persiste em decretar quais Vidas merecem condições materiais, sociais de Vida humana e quais outras Vidas não merecem.

O persistente Estado do Capital e do Mercado, e do agronegócio, persiste em impor essa economia política de negação do direito à Vida humana negando os direitos dos outros, das diferenças à condições sociais, materiais de Vida humana negando o direito à terra, território, a teto, trabalho... Milhões sem terra, sem teto, sem comida, até sem trabalho. Sem condições sociais, materiais de direito à vida humana. As políticas sociais, até educativas e curriculares prometem um direito à

vida, à sobrevivência, condicionado: se os Outros, desde as infâncias, aprenderem competências, méritos de ter direito à terra, teto, trabalho, comida. Se aprenderem as competências necessárias para merecer condições sociais, materiais de Vida humana.

As políticas sociais, até educativas, inclusivas, igualitárias sempre legitimantes dessa economia política condicionante do direito à Vida humana. O Estado de mercado, do capital, do agronegócio assume essa economia política e decreta que coletivos sociais, de classe tem direito a ter direitos a condições sociais materiais de Vida humana e que outros coletivos decretados sem méritos, autocondenados à pobreza, à indigência, a sem terra, sem territórios, sem teto, sem trabalho, sem renda, sem comida, culpados de sua condição de sem vida justa humana.

O Estado de mercado, do capital, radicaliza essa seletividade política do direito à Vida humana, quando tudo: a terra, o espaço, o teto, a comida, as condições sociais, materiais de vida humana até os currículos por competências, a educação meritocrática se tornam fonte de capitalização, mercantilização da vida humana, o direito a viver é mercantilizado, capitalizado. A vida humana não reconhecida como um direito humano, mas como uma conquista dos competentes, dos poderes, porque com méritos.

O capital e o mercado estruturam todos os direitos humanos mais básicos, o direito à Vida humana, na lógica seletiva, segregadora, mercantil, capitalista. As tradicionais políticas sociais educativas que prometiam condições sociais, materiais de Vida justa, humana, perdem sentido social, político, ético e são reduzidas a promessas de minimizar as incompetências inatas das diferenças se os Outros, desde as infâncias por percursos de educação meritocrática aprenderem as competências de trabalhos para sobreviver. Para merecer viver como humanos.

A Biopolítica (Foucault, 2016) destacou como o direito à Vida foi politizado pelos poderes que predefinir as Vidas merecem ser vividas como Vidas e que outras não merecem e serão priorizadas, exterminadas. Mbembe em suas análises de Necropolítica (2018) mostra que as Vidas negras estiveram na história como as que não merecem ser vividas, descartáveis. Corpos-Vidas racializados, os mais descartáveis na história e em nossa história. As lutas históricas pela emancipação humana sempre tiveram como sujeitos os coletivos decretados em vidas que não importam como Vidas humanas. Os necropoderes decretaram na história essas lutas por Vida humana como indicadores de inumanidade reforçando suas micropolíticas. O Estado do Capital e do Mercado não prioriza o decretar como descartáveis as Vidas dos Outros, das diferenças étnicas, raciais nos morros, nas periferias e nos campos?

Não são essas as Vidas condenadas a condições sociais materiais de um desumano sobreviver em tempos de imposição do Estado de Mercado, do Capital, do agronegócio? Uma interrogação radical para a história de nossa educação: tivemos uma história de políticas educativas democráticas, inclusivas, igualitárias ou tivemos uma

história em que os poderes persistem em impor políticas autoritárias reprodutivas das desigualdades de coletivos sociais condenados a um precarizado sobreviver? Tempos de reimposição do Estado do Capital, do Mercado, tempos de impor a destruição das condições sociais materiais de Vida humana.

RE-EXISTÊNCIAS POR VIDA HUMANA, POR FORMAÇÃO HUMANA

As vítimas do Estado do Capital, do Mercado, as diferenças étnicas, raciais, de gênero, de classe, vítimas da negação histórica do direito à Vida humana, a condições materiais, sociais de Vida vêm resistindo desde a Colonização em lutas por territórios, terras... condições sociais, materiais de Vida humana. Exigem ser reconhecidas sujeitos humanos de direitos humanos, sujeitos de direitos a condições sociais materiais de Vida justa humana. A diversidade de movimentos sociais em nossa história sempre deu centralidade as lutas por espaços, condições materiais, sociais de Vida. Desde a Colônia e no Império os povos indígenas, sem terra, negros, quilombolas resistiram à expropriação de seus territórios contra o Marco Temporal.

As lutas por territórios, terras, teto, comida persistem como lutas por Vida humana. Lutas em que reafirmam sua humanidade negada.

Os movimentos sociais resistiram, e persistem em re-existir, às segregações históricas estruturais do Estado do Capital, do Mercado que persistem em decretá-los em estado ôntico de inumanidade, de irracionalidade, até de imoralidade e os prometem currículos por competências para superar as incompetências inatas e torná-los não humanos, mas apenas com méritos, competências com mercadorias competentes, com méritos para disputar o mercado. Desde a Colonização, no Império e até na República, os Outros resistiram à condição de Cativos da Terra, sem territórios, sem humanidade, reafirmando sua condição humana. Sua potência humana resistente por vida justa, humana.

Lembrávamos que o Estado do Mercado, do Capital, ao decretar os Outros em estado ôntico de inumanidade, se contrapõe às políticas educativas que reconheçam os outros, as diferenças como humanos sujeitos, desde as infâncias do direito a políticas, pedagogias, currículos de formação humana, integral. O Estado do Capital, do Mercado reimpõe o paradigma dual de humano, impõe a demolição da unidade humana. Os Outros vítimas dessa demolição da unidade humana, decretados em estado ôntico de inumanidade, resistiram e persistem em resistir reafirmando sua humanidade, seu direito a ser reconhecidos humanos sujeitos de percursos de formação humana.

O Estado do Capital e do Mercado tenta impor uma identidade mercantilizada, mas os mercantilizados persistem humanos e têm inventado formas de resistir, contestar e lutar até como coletivos sociais humanos que são. Os humanos sempre resistiram aos processos de modelação impostos pelos poderes, pelo mercado, pelo capital que impõem a esfera privada e destroem a esfera pública. Destroem o direito público à educação pública. Humana.

Na diversidade de Movimentos Sociais, resistiram e persistem em resistir a ser reduzidos a corpos de trabalhos competentes e se reafirmam humanos em corpos humanos sujeitos de direito à formação humana plena. Os Outros, as diferenças resistentes ao Estado do Capital, do Mercado que os decreta mercadorias a ser capacitadas em Currículos por Competências teimam em resistir e em lutar por Currículos, pedagogias, educadoras, educadores, escolas públicas que os reconheçam humanos sujeitos do direito humano à formação humana plena.

Exigências políticas, pedagógicas, éticas, radicais para as políticas educativas, para a história da educação, para as Bases Nacionais Curriculares: não persistir em impor políticas de educação meritocrática, Currículos por competências que reduzem os Outros às diferenças desde as infâncias a Corpos mercantilizados, racializados, desumanizados.

Reconhecer que dos Outros, das diferenças em Vidas re-existentes afirmando sua outra humanidade na história (Arroyo, 2023) vêm exigências políticas, éticas, pedagógicas de reconhecê-los sujeitos humanos de direitos a uma educação que fortaleça suas resistências afirmativas de sua outra humanidade. Contra a educação meritocrática e contra os currículos por competências reafirmar currículos, pedagogias, de formação humana integral.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Vidas Re-Existentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MBEMB, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N. I. Edições, 2018.

QUIJANO. Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOBRE O AUTOR

Miguel González Arroyo

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974) e doutorado (PhD em Educação) - Stanford University (1976). É Professor Titular Emérito da Faculdade de Educação da UFMG. Foi Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenando e elaborando a implantação da proposta político-pedagógica Escola Plural. Acompanha propostas educativas em várias redes estaduais e municipais do país. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional e Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, cultura escolar, gestão escolar, educação básica e currículo.

E-mail: g.arroyo@uol.com.br

Recebido em: 26/12/2025

Aprovado em: 19/01/2026